

1 Introdução

A educação, sem dúvida, é um dos principais pilares para a formação de cidadãos íntegros, justos e capazes de enfrentar a realidade da vida.

A história recente do Brasil trouxe mudanças significativas ao mercado educacional. Em decorrência dos esforços do Governo Fernando Henrique Cardoso para colocar na escola a quase totalidade das crianças brasileiras em idade escolar, observou-se, também, como consequência, um forte aumento da procura de educação secundária e superior. O Governo Lula fez notáveis esforços de redistribuição de renda e liberação de crédito, o que permitiu a uma grande massa de população aumentar o consumo de bens materiais, movimentando a economia com um todo. Ter filhos, formados em universidade, passou a ser a aspiração de milhões de famílias brasileiras que, até então, não tinham dinheiro para pagar o ensino. (PAULA, 2012)

Segundo Barros (2003), na atual conjuntura educacional, muito se tem discutido, em nosso país, acerca da qualidade do ensino primordial para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária. E quando se pensa na qualidade desse ensino, leva-se em conta a melhoria das condições materiais e não materiais do processo. Para que se tenha educação de qualidade, é preciso não somente que as escolas sejam bem equipadas, que tenham laboratórios, bibliotecas, salas de aulas arejadas, mas também que tenham projetos pedagógicos bem elaborados e executados; que os professores sejam bem capacitados e remunerados; que haja um funcionamento do sistema que permita agilidade, dinamismo, eficácia e eficiência. Para que isso aconteça, um dos fatores fundamentais é o investimento, ou seja, a aplicação de recursos financeiros na educação.

Segundo Cury (2002), a educação no Brasil ganhou contornos bastante complexos nos anos posteriores à Constituição Federal de 1988 e, sobretudo, nos últimos oito anos. Analisá-la não é fácil exatamente porque as contingências que a cercam são múltiplas e os fatores que a determinam têm sido objeto de leis, políticas e programas nacionais, alguns dos quais em convênio com órgãos internacionais.

Barros (2003) afirma que muitos são os motivos para se investir em educação, dependendo da ótica adotada. Mas, podem-se destacar dois em que ele acredita serem bastante relevantes: o primeiro é que ela é um direito. E, por esse motivo, deve ser garantida à população de maneira geral, pois é “direito de todos e dever do Estado e da família” (CF, art. 205).

O segundo motivo, quanto a esse investimento é verificar os impactos significativos que a educação traz para a sociedade: de um lado, para o indivíduo que consegue mais e melhores oportunidades de emprego e renda; de outro, para a sociedade de maneira geral, que crescerá economicamente, gerando mais equidade social. Investir em educação é diminuir gastos com saúde e segurança. Quanto maior o nível de escolaridade, maior é o desenvolvimento cultural, social e econômico de uma população. Maior é, também, a qualidade de vida dessa população.

No entanto, segundo Santos (2011), o Estado brasileiro ainda gasta pouco com a educação. É uma conclusão a que se pode chegar pela comparação com outros países do mundo: a mais conhecida, o *Education at a Glance 2010*, última edição do estudo periódico publicado pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), coloca o Brasil em 34º lugar no mundo em gasto por aluno – a pesquisa analisa os gastos em cada nível educacional. O Brasil dispense, segundo a OCDE, menos do que o Chile, Grécia e Turquia. Os números são referentes ao ano de 2007.

Tal estado de marginalização nas políticas públicas acaba por abrir um enorme mercado para o setor privado em todos os seguimentos da educação: creche, educação infantil, ensino fundamental, ensino médio, ensino superior e pós-graduação. E, dessa forma, surgem diversos empreendedores investindo no mercado de ensino, com o objetivo de aproveitar um pouco da brecha concedida pelo setor público.

A título de ilustração, no segmento de educação básica, o setor da educação no Brasil assistiu a quatro grandes operações de aquisição em menos de dois meses, durante o ano de 2010. (GOULART, 2010) A Abril Educação comprou o Colégio Anglo, um dos mais tradicionais grupos de educação do país; o fundo de *private equity* BR Investimentos adquiriu parte da Abril Educação por 226,2 milhões de reais; a britânica Pearson assumiu o controle do Sistema Educacional Brasileiro (SEB), dono do COC, Pueri Domus e Dom Bosco; e, por fim, a empresa de participações Buffalo Investimentos anunciou a aquisição da operação de apostilas e treinamento de professores do Universitário.

Já no segmento de ensino superior, há um movimento de R\$ 20 bilhões e conta com 3,4 milhões de universitários; cerca de 2,4 milhões (dois terços) estão em instituições privadas de ensino. Estima-se que, até 2011, o número de universitários chegará a seis milhões. (PAJARA, 2003; STUDART, 2002)

O crescimento do setor educacional no país pode ser justificado por dois fatores: o crescimento de renda do brasileiro e a busca por uma educação de maior qualidade. Em vista disso, as famílias brasileiras, visando a uma educação de melhor qualidade, necessitam alocar seus recursos financeiros nesta categoria. Porém, as restrições orçamentárias destas famílias são índices de grande influência no tocante à alocação.

Silva e Parente (2007) afirmam que estudos sobre orçamento familiar têm merecido a atenção de pesquisadores desde que o estatístico prussiano Ernst Engel publicou, em 1857, um artigo que tratava do impacto da renda nos gastos familiares. Conhecida como “Lei de Engel”, ela afirma que à medida que a renda cresce: a) decresce a proporção do dispêndio em alimentação sobre o dispêndio total, b) as proporções dos dispêndios em vestuário e habitação mantêm-se aproximadamente constantes e c) a proporção do dispêndio total alocado em educação, recreação e outros serviços também crescem (KIRSTEN, 1985 apud JANNUZZI, 1997).

Neste contexto, visando contribuir para o melhor entendimento do consumo de serviços de educação das famílias brasileiras pela ótica do orçamento familiar, a presente dissertação propõe-se a responder às seguintes perguntas de pesquisa:

- Considerando os orçamentos de 2002/2003 e 2008/2009 de famílias de diversas faixas de renda da região metropolitana do Rio de Janeiro, há diferenças na alocação de despesas na categoria educação?
- Há diferenças nos padrões de alocação de despesas em educação dessas famílias nos anos 2002/2003 e 2008/2009?

1.1. Objetivo do estudo

Não obstante a renda seja uma variável importante de segmentação de mercado, segundo Silva e Parente (2007), o orçamento familiar pode revelar como as famílias de um mesmo nível de renda destinam seus gastos e expressam seus comportamentos de compra.

Seguindo essa linha de pensamento, o principal objetivo desse estudo é determinar se existem diferentes padrões de alocação do orçamento familiar na categoria educação nas diversas faixas de renda da população metropolitana do Rio de Janeiro.

Além disso, pretende-se determinar se há diferenças no padrão de alocação das despesas em educação dessas famílias nos anos 2002/2003 e 2008/2009, períodos em que foram realizadas as duas últimas pesquisas de orçamento familiar (POF).

1.2. Relevância do estudo

Recentemente, tem crescido, no Brasil, o número de pesquisas acadêmicas de marketing relacionadas ao orçamento familiar. Como exemplo, podemos citar Jannuzzi (1997), Silva e Parente (2007), Abreu (2011), Silva (2012) e Diaz e Cano (2012). No entanto, tais pesquisas não focaram a categoria educação. Esta dissertação pretende contribuir para essa área de estudos a partir da análise detalhada de uma categoria de consumo específica. A relevância do estudo está, portanto, em conhecer melhor o perfil de consumo das famílias da região metropolitana do Rio de Janeiro, além de verificar como se dá a alocação de despesas destas famílias na categoria educação.

Do ponto de vista das implicações gerenciais, este estudo possibilitará às empresas do setor educacional um melhor entendimento do consumo das famílias no que tange à educação – em cada categoria de renda, fornecendo subsídios para a melhor compreensão do consumidor e para o seu planejamento de marketing.

1.3. Delimitação do estudo

Este estudo possui algumas delimitações, como seguem:

- *Geográfica*: A única região estudada foi a região metropolitana do Rio de Janeiro.
- *Econômica*: Não há consenso na literatura a respeito das faixas ou classes de renda. O presente estudo utilizou o Critério Brasil para determinação das classes de renda das famílias respondentes da POF.

- *Categoria Educação*: A categoria agrega despesas de todos os segmentos de ensino (da creche à pós-graduação), e é definida a partir dos critérios adotados pela POF/IBGE. Consideram-se as despesas efetuadas com mensalidades e outras despesas escolares com cursos regulares, cursos superiores de graduação, livros didáticos e revistas técnicas, artigos escolares e outros cursos e atividades, como informática e cursos de idioma.

1.4. Organização do estudo

Após a introdução, o Capítulo 2 apresenta a revisão de literatura sobre orçamento familiar e marketing, Pesquisa de Orçamento Familiar do IBGE (POF/IBGE), critério Brasil e outros critérios de distribuição de renda e sobre o mercado de educação no Brasil.

Em seguida, o Capítulo 3 apresenta o detalhamento do método utilizado na pesquisa.

O Capítulo 4 disserta acerca dos resultados obtidos nas análises, observando se existem diferentes padrões de alocação de despesas em educação em função da renda familiar no período 2002/2003 e 2008/2009, e se há diferença nesses padrões entre os períodos analisados.

Finalmente, o Capítulo 5 apresenta os principais resultados do estudo, as conclusões obtidas, as recomendações para futuras pesquisas e as implicações gerenciais.